

1º Simulado por Carreira

Procuradorias – Procurador

(Pré-edital)





FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2502108774M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Jurídico Avançado

CARGO:

Procuradorias - Procurador

MODELO/BANCA:

Gran

EDITAL:

Pré-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

2/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

2/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

1º Simulado por Carreira – Procuradorias – Procurador (Pré-edital)

Direito Constitucional Ricardo Blanco

1. A Constituição Federal assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, e também é:
 - a. assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e vedada nas entidades militares de internação coletiva.
 - b. livre a manifestação do pensamento, ainda que sob o anonimato.
 - c. assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, prejudicada a indenização por dano material.
 - d. assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
 - e. livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, condicionada a licença prévia.
2. A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.
 - a. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e em tempo de guerra, podendo qualquer pessoa nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
 - b. Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião já convocada, sendo apenas exigida prévia autorização da autoridade competente.
 - c. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
 - d. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
 - e. A lei não poderá, em qualquer situação, restringir a publicidade dos atos processuais.
3. Assinale a alternativa correta a respeito das ações constitucionais.
 - a. São gratuitas as ações de *habeas corpus* e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
 - b. No ajuizamento do *habeas data*, salvo comprovação má-fé, o autor ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - c. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político ou associação, desde que legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano.
 - d. É cabível o mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
 - e. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
4. Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta a respeito do mandado de segurança.
 - a. A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.
 - b. O trânsito em julgado não obsta a impetração do mandado de segurança contra decisão judicial.
 - c. É competente, originariamente, o Superior Tribunal de Justiça, para mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas da União.
 - d. A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
 - e. O Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de órgão colegiado presidido por Ministro de Estado.
5. Assinale a opção incorreta em relação ao entendimento do STF.
 - a. O STF admite a legitimidade do parlamentar – e somente do parlamentar – para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou

emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo.

- b. A recepção de lei ordinária como lei complementar pela Constituição posterior a ela só ocorre com relação aos seus dispositivos em vigor quando da promulgação desta, não havendo que se pretender a ocorrência de efeito repristinatório, porque o nosso sistema jurídico, salvo disposição em contrário, não admite a repristinação.
 - c. A Constituição de 1988 não fixou um intervalo temporal mínimo entre os dois turnos de votação para fins de aprovação de emendas à Constituição (art. 60, § 2º, CF/1988), de sorte que inexistente parâmetro objetivo que oriente o exame judicial do grau de solidez da vontade política de reformar a Lei Maior. A interferência judicial no âmago do processo político, verdadeiro *locus* da atuação típica dos agentes do Poder Legislativo, tem de gozar de lastro forte e categórico no que prevê o texto da Constituição.
 - d. O STF já assentou o entendimento de que é admissível a ação direta de inconstitucionalidade de emenda constitucional, quando se alega, na inicial, que esta contraria princípios imutáveis ou as chamadas cláusulas pétreas da Constituição originária (art. 60, § 4º, da CF/1988).
 - e. A “forma federativa de Governo” – elevado a princípio intangível por todas as Constituições da República – é conceituada a partir de um modelo ideal e apriorístico de Federação, como o adotou, erigiu em limite material imposto às futuras emendas à Constituição; de resto as limitações materiais ao poder constituinte de reforma, que o art. 60, § 4º, da Lei Fundamental enumera, não significam a intangibilidade literal da respectiva disciplina na Constituição originária, mas apenas a proteção do núcleo essencial dos princípios e institutos cuja preservação nelas se protege.
6. É da competência exclusiva do Congresso Nacional, exceto:
- a. resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
 - b. autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.

- c. autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
- d. aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- e. plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.

7. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: processar e julgar, originariamente, exceto:

- a. a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;
- b. a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;
- c. a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;
- d. a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;
- e. as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

8. Assinale a opção incorreta em relação ao Ministério Público.

- a. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- b. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- c. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tripartite dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

- d. Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- e. Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros.
9. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, exceto:
- o Presidente da República.
 - a Mesa do Senado Federal.
 - a Procurador-Geral da República.
 - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - a federação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
10. Assinale a opção incorreta.
- O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
 - Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em vinte dias.
 - Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
 - O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
 - Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
11. Assinale a opção correta em relação ao controle de constitucionalidade
- Caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição;
 - A petição inicial da ADPF, acompanhada de instrumento de mandato, se for o caso, será apresentada em duas vias, devendo conter cópias do ato questionado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação.
 - Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
 - O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - Na ADPF, em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, exceto, no período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, ad referendum do Tribunal Pleno.
12. No que diz respeito às características do Poder Constituinte Originário, assinale a alternativa incorreta.
- O Poder Constituinte Originário é autônomo, da forma que só cabe a ele estruturar os termos da nova Constituição.
 - O Poder Constituinte Originário é incondicionado, por conta de não se submeter a nenhum processo predeterminado para sua elaboração.
 - O Poder Constituinte Originário é instantâneo, uma vez que se esgota com a realização da nova Constituição.
 - O Poder Constituinte Originário é inicial, porque confere abertura a uma nova ordem jurídica, posto que também é chamado de Poder Constituinte Genuíno ou de Primeiro Grau.
 - O Poder Constituinte Derivado é de 2º grau.
- Direito Administrativo**
Gustavo Scatolino
13. No âmbito do regime jurídico dos servidores públicos, determinadas formas de provimento derivado são aplicadas para o retorno ou reposicionamento do servidor na estrutura administrativa. A esse respeito, analise as assertivas abaixo e assinale a correta.
- A readaptação ocorre quando um servidor estável, após uma reavaliação médica, tem sua aposentadoria por invalidez considerada insubsistente, retornando às suas funções originais.

- b. A reversão pode ocorrer tanto por invalidez insubsistente quanto por interesse da administração pública, desde que o servidor tenha solicitado o retorno e haja cargo vago.
 - c. A reintegração do servidor é possível apenas por meio de decisão judicial que determine a nulidade da demissão, garantindo o retorno ao cargo anteriormente ocupado.
 - d. A recondução do servidor estável pode ocorrer em razão de sua exoneração no interesse da administração pública, desde que não haja penalidade disciplinar envolvida.
 - e. A readaptação implica a investidura do servidor em cargo de atribuições compatíveis com limitações físicas que tenha sofrido verificadas em inspeção médica. Entretanto, não é possível a readaptação caso as limitações sofridas sejam mentais.
- 14.** A responsabilidade civil do Estado pode ser analisada sob diferentes perspectivas, incluindo a responsabilidade por atos jurisdicionais, legislativos e notariais. Considerando essa temática, analise as assertivas abaixo e assinale a correta.
- a. A responsabilidade civil do Estado em razão de leis inconstitucionais ocorre automaticamente quando há declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, sem necessidade de comprovação de dano.
 - b. A responsabilidade dos notários e registradores é direta e objetiva, sendo o Estado solidariamente responsável pelos danos que esses agentes causarem no exercício de suas funções.
 - c. A responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais é, como regra, objetiva.
 - d. O Estado responde civilmente por danos causados por atos do Poder Judiciário, inclusive nos casos de decisões judiciais fundamentadas que desfavorecem o particular.
 - e. A responsabilidade do Estado por atos legislativos somente ocorre quando houver edição de lei inconstitucional ou no caso de lei de efeitos concretos.
- 15.** Considerando os princípios e regras da Administração Pública no tocante aos agentes públicos, é correto afirmar que:
- a. a investidura em cargo público depende de concurso público, com a ressalva de que os cargos em comissão podem ser preenchidos por livre nomeação do agente competente.
 - b. o prazo de validade do concurso público é de até quatro anos, prorrogável uma única vez, por igual período, conforme as necessidades da Administração Pública.
 - c. um candidato aprovado em concurso anterior possui prioridade de convocação em relação aos novos candidatos aprovados em concurso posterior, ainda que durante o prazo prorrogável do concurso.
 - d. é permitida a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para fins de remuneração no serviço público, desde que haja conveniência administrativa.
 - e. a Administração Pública não poderá vincular ou equiparar a remuneração de pessoal, mas poderá adotar medidas administrativas para harmonizar os salários, sem infringir o princípio da moralidade.
- 16.** Com base na Lei n. 9.784/1999, analise as assertivas a seguir sobre o processo administrativo e assinale a correta.
- a. O requisito imprescindível para que o processo administrativo tenha início é taxativamente o pedido do interessado.
 - b. Pessoas jurídicas estão no rol de interessados dos processos administrativos, desde que o tenham iniciado como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação.
 - c. A edição de atos normativos pode ser delegada, desde que ocorra dentro dos limites estabelecidos pela legislação.
 - d. O servidor ou autoridade que tenha participado como perito, testemunha ou representante de qualquer forma em um processo administrativo poderá atuar como julgador, sem tornar o julgamento imparcial.
 - e. A decisão que indeferir alegação de suspeição é cabível de recurso, com efeito suspensivo, como regra.
- 17.** Considerando as disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca do tema dos poderes administrativos, assinale a alternativa incorreta.
- a. A delegação de atos materiais anteriores a atos jurídicos de polícia a particulares, como a verificação do cumprimento de normas de trânsito mediante equipamentos fotossensores, é juridicamente viável.
 - b. É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

- c. Como prerrogativa do poder hierárquico, o superior imediato de servidor que pratica ato tipificado como demissão pode aplicar-lhe outra penalidade equivalente, como uma suspensão e uma advertência, desde que sejam cumulativas.
- d. O poder disciplinar possibilita que sejam aplicadas penalidades a servidores públicos, como também a particulares, desde que tenham vínculo especial com a Administração.
- e. Poder regulamentar é o poder de que dispõem os chefes do Poder Executivo para editarem decretos visando à correta execução da lei.
- 18.** Arthur é chefe de um departamento de um órgão integrante da Administração direta no Município Gama, o qual tem como subordinado Thiago. Em 24/01/2025, Arthur deixou de conceder férias devidas a Thiago, pois estava revoltado com as críticas que Thiago havia feito a seus colegas sobre a rigidez de Arthur. Tal conduta violou diretamente o princípio constitucional da:
- publicidade, pois tal ato deveria ter vindo a público.
 - impeccabilidade, pois a conduta dos administradores deve ser pessoal.
 - eficiência, visto que Thiago fez por merecer as suas férias.
 - autotutela, pois Arthur não era o agente competente para deferir férias a Thiago.
 - tatoabilidade, visto que todos os outros servidores tiraram férias.
- 19.** Durante a execução de um contrato administrativo para a construção de um centro de saúde municipal, a Administração Pública identificou que as especificações técnicas do projeto original estavam desatualizadas e não atendiam às normas mais recentes de segurança hospitalar. Além disso, devido a um estudo técnico recente, verificou-se que o regime de execução previsto no contrato não era mais adequado às condições atuais da obra. Com base nessas constatações, a Administração Pública procedeu à alteração do contrato. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.
- A administração pública pode modificar unilateralmente tanto as especificações técnicas do projeto quanto o regime de execução da obra, pois ambas as alterações visam a melhoria do contrato.
 - A administração pública não pode modificar unilateralmente o contrato, sendo necessária a concordância do contratado para qualquer alteração, mesmo que se trate da adequação às novas normas de segurança hospitalar.
 - A administração pública não pode modificar o contrato, pois qualquer mudança nas especificações técnicas ou no regime de execução da obra exigiria um novo processo licitatório.
 - Por se tratar de alteração qualitativa, a administração pública pode modificar unilateralmente as especificações do projeto original para adequá-las às novas normas de segurança hospitalar, garantindo que o centro de saúde atenda aos padrões exigidos.
 - A administração pública somente pode modificar o contrato se houver fato imprevisível que torne inviável a execução do projeto original, sendo vedadas alterações com base em atualizações normativas.
- 20.** Durante a organização de um evento cultural municipal, a Prefeitura decidiu contratar um renomado pianista para uma apresentação exclusiva. O artista, amplamente reconhecido pela crítica especializada e pelo público, possui contrato de representação com um empresário exclusivo. Considerando as normas aplicáveis, a Administração Pública avalia a possibilidade de realizar a contratação sem licitação. Diante desse contexto, assinale a alternativa correta.
- A contratação do pianista exige a realização de licitação na modalidade concorrência, pois se trata de serviço artístico, e a legislação não prevê hipótese de inexigibilidade para esse tipo de contratação.
 - A Administração Pública pode contratar diretamente o pianista, pois ele é consagrado pela crítica e possui empresário exclusivo, o que caracteriza a inviabilidade de competição.
 - A inexigibilidade de licitação para contratação de artista renomado depende da comprovação de que ele é o único profissional apto a se apresentar no evento, o que não ocorre no caso descrito.
 - A Administração Pública só pode contratar diretamente artistas quando há urgência justificada para a realização do evento, sendo necessária a licitação nos demais casos.
 - A inexigibilidade de licitação não se aplica aos municípios, sendo uma prerrogativa exclusiva da Administração Pública Federal para eventos nacionais.

21. Com relação ao controle administrativo exercido pela Administração Pública, analise as assertivas abaixo e assinale a correta.

- a. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma separada e autônoma, sistema de controle interno.
- b. O controle externo é de competência exclusiva do Tribunal de Contas da União, responsável por julgar as contas do Presidente da República e dos administradores da Administração Pública direta e indireta.
- c. O Congresso Nacional exerce controle externo sobre a Administração Pública, com auxílio do Tribunal de Contas da União, cabendo-lhe apreciar as contas prestadas pelo Presidente da República e fiscalizar a aplicação de recursos públicos.
- d. A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, se subordina à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- e. O controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas da União, restringe-se à fiscalização contábil e financeira, não abrangendo a fiscalização orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública.

22. Com relação à descentralização administrativa no Brasil, analise as assertivas abaixo e assinale a correta.

- a. A descentralização por outorga ocorre quando o Estado transfere, por meio de ato administrativo, a titularidade e a execução de determinado serviço público a uma entidade privada, que passa a exercê-lo por sua conta e risco.
- b. A descentralização administrativa resulta na criação de pessoas jurídicas que integram a Administração indireta, as quais possuem autonomia para exercer suas atividades, mas não possuem capacidade processual.
- c. A descentralização administrativa é realizada exclusivamente por meio da criação de autarquias e empresas estatais, não sendo possível sua concretização mediante delegação a particulares.
- d. A descentralização territorial ocorre quando uma parte do território recebe autonomia administrativa e legislativa, podendo editar normas próprias sem subordinação ao ente central.
- e. A descentralização por colaboração ocorre quando o Poder Público delega a execução de determinado serviço a particulares, mediante contrato administrativo ou ato administrativo, sem a transferência da titularidade do serviço.

23. Com relação aos atributos dos atos administrativos, analise as assertivas abaixo e assinale a correta.

- a. A imperatividade é um atributo que confere ao ato administrativo força obrigatória sobre terceiros, independentemente de sua concordância, não estando presente em atos ordinatórios.
- b. A tipicidade permite que a Administração Pública execute diretamente seus atos, sem a necessidade de decisão judicial prévia.
- c. A presunção de legitimidade e veracidade garante que o ato administrativo seja considerado válido até que sua ilegalidade seja demonstrada, cabendo ao particular o ônus da prova.
- d. A tipicidade é um atributo do ato administrativo que decorre da conveniência administrativa, permitindo a criação de novos atos não previstos em lei para atender ao interesse público.
- e. Os atributos e requisitos do ato administrativo são tratados pela doutrina como sinônimos.

24. Com relação à responsabilidade por atos de improbidade administrativa, analise as assertivas abaixo e assinale a correta.

- a. Os herdeiros e sucessores de quem causar dano ao erário respondem integralmente pelos atos de improbidade administrativa praticados pelo de cujus, podendo, a depender do caso, ultrapassar o limite da herança recebida.
- b. Os sócios e diretores de pessoa jurídica de direito privado somente poderão ser responsabilizados por atos de improbidade administrativa caso tenham participação comprovada e obtenham benefícios diretos da conduta ímproba.
- c. Os atos de improbidade administrativa atingem exclusivamente o patrimônio público da administração direta.
- d. A Lei n. 14.230/21 estabeleceu a retroatividade da norma benéfica para todas as ações de improbidade administrativa, independentemente de estarem transitadas em julgado.
- e. O reconhecimento da improbidade administrativa depende exclusivamente da comprovação de enriquecimento ilícito do agente público, sendo insuficiente a mera violação da probidade na organização do Estado.

Direito Processual Civil**Gustavo Alves**

25. De acordo com o entendimento do STJ e do CPC, marque a alternativa incorreta.

- a. A regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos pode ser excepcionada quando for preservado percentual capaz de resguardar a dignidade do devedor e de sua família.
- b. A respeito do processo de execução, é correto afirmar que, recaiando mais de uma penhora sobre o mesmo bem, a ordem de preferência se estabelecerá pelo critério da anterioridade das penhoras.
- c. O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
- d. Interposto recurso especial e apresentada as contrarrazões, os autos foram conclusos ao presidente do tribunal recorrido, que negou seguimento ao recurso sob o fundamento de ele ter sido interposto contra acórdão que estava em conformidade com entendimento do STJ exarado no regime de recursos repetitivos. Nessa situação hipotética, o recurso cabível será agravo interno.
- e. Admite-se a extensão subjetiva da lide pela reconvenção, podendo o réu propô-la contra o autor e terceiro, bem como em litisconsórcio com terceiro.

26. No tocante ao mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, assinale a alternativa correta.

- a. A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.
- b. A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- c. O mandado de segurança não terá seu mérito apreciado se houver o superveniente trânsito em julgado da decisão questionada pelo mandamus.

- d. Em caso de ação popular, é vedado à pessoa jurídica de direito público, cujo ato seja impugnado, abster-se de contestar o pedido, sendo obrigada a apresentar defesa.
- e. Todos os legitimados para a ação civil pública poderão firmar compromisso de ajustamento de conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

27. De acordo com o CPC, marque a alternativa correta.

- a. O incidente de resolução de demandas repetitivas será cabível nas situações em que se verificar uma relevante questão de direito, sem repetição em múltiplos processos.
- b. O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica suspenderá o curso do processo, salvo se o pedido de desconconsideração for pleiteado na petição inicial.
- c. Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas não poderão ser consideradas incluídas no pedido, salvo pedido expresso do autor.
- d. Em relação à jurisdição, ao se dizer que a lei não excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, o ordenamento jurídico processual refere-se ao princípio da investidura.
- e. A intervenção de terceiros denominada assistência somente será admitida até a sentença.

28. No que se refere às tutelas provisórias no Processo Civil, é correto afirmar que:

- a. conforme entendimento do STJ, somente recurso contra decisão concessiva de tutela antecipada é capaz de afastar a estabilização.
- b. a passagem do “procedimento provisório da tutela antecedente” – cujo rumo pode eventualmente levar à extinção do processo, a depender da atitude do réu de opor-se, ou não, à antecipação da tutela satisfativa – para a fase da tutela definitiva exige intimação específica para o autor a propósito da necessidade de aditar a inicial.
- c. a decisão que extingue o processo, com estabilização dos efeitos da medida concedida em tutela antecipada requerida em caráter antecedente faz coisa julgada material.
- d. a tutela cautelar, por ser medida assecuratória, só pode ser requerida em caráter incidental, dirigida ao próprio juiz da causa e sem pagamento de novas custas.
- e. a tutela provisória de natureza antecipada poderá ser deferida liminarmente ou mediante justificação prévia sendo vedada, todavia, sua concessão na sentença, por se tratar de decisão definitiva com cognição exauriente.

29. No tocante às disposições do CPC, bem como da jurisprudência dos tribunais superiores, marque a alternativa correta.

- a. Quando o Juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o cumprimento da sentença dependerá de demonstração de que se realizou a condição ou de que ocorreu o termo.
- b. A autocomposição judicial, no cumprimento da sentença, não pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.
- c. De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito do processo de execução, é correto afirmar que o título estrangeiro somente terá eficácia executiva quando satisfeitos os requisitos de formação exigidos pela legislação brasileira e quando o Brasil for indicado como o lugar de cumprimento da obrigação.
- d. A respeito da petição inicial é correto afirmar que, na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, desde que haja pedido expresso do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.
- e. A respeito da tutela da evidência, é correto afirmar que será concedida, entre outras hipóteses, se as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, não podendo, todavia, ser concedida liminarmente nessa hipótese.

30. No tocante às disposições do CPC, bem como da jurisprudência dos tribunais superiores, marque a alternativa incorreta.

- a. No que se refere à citação, é correto afirmar que as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.
- b. Quanto ao valor da causa, é correto afirmar que deverá constar somente da petição inicial, não se aplicando tal requisito à reconvenção.
- c. Compete ao Tribunal Regional Federal processar ação rescisória proposta pela União com o objetivo de desconstituir sentença transitada em julgado proferida por juiz estadual, quando afeta interesses de órgão federal.

- d. A doutrina aponta que as multas aplicadas em decorrência de ato atentatório à dignidade da justiça são de natureza não tributária, podendo, todavia, integrar dívida ativa da União ou dos Estados e cobrada sob o rito da execução fiscal.
- e. De acordo com o CPC, é possível a comprovação de feriado local após a interposição do recurso, podendo o tribunal determinar a correção do vício formal ou desconsiderá-lo, caso a informação já conste do processo eletrônico.

31. No tocante às disposições do CPC, bem como da jurisprudência dos tribunais superiores, marque a alternativa correta.

- a. No tocante à execução, é correto afirmar que o devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, não sendo possível se alcançar bens pretéritos.
- b. A denunciação da lide, promovida por qualquer das partes, será obrigatória ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam e àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- c. De acordo com entendimento do STJ, o Ministério Público Federal possui legitimidade para propor ação civil pública a fim de debater a cobrança de encargos bancários supostamente abusivos praticados por instituições financeiras privadas.
- d. Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a desistência da execução pelo credor, em razão da inexistência de bens penhoráveis, rende ensejo à condenação do exequente em honorários advocatícios na vigência do novo CPC.
- e. João e Maria, em conjunto e solidariamente, firmaram compromisso de compra e venda para aquisição de um imóvel de Pedro. Considerando que não houve o pagamento, Pedro, vendedor, pretende a resolução do negócio jurídico. Nesse caso, a propositura da demanda será feita em face dos compradores João e Maria. Nesse caso, é correto afirmar que se trata de litisconsórcio passivo, facultativo e simples.

32. Proposta ação de revisão de contrato, a parte autora deixou de detalhar as obrigações contratuais que pretende controverter, tampouco quantificou o valor que entende incontroverso. Ao analisar a petição inicial

e identificar a falha, o magistrado competente determinou a correção do vício no prazo legal. Porém, a determinação não foi cumprida.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que:

- a. caso o magistrado indefira a petição inicial, se houver a interposição de recurso de apelação, o juiz poderá se retratar no prazo de 10 dias e, caso exerça o juízo de retratação, remeterá os autos ao tribunal sem citação do réu.
- b. o magistrado não poderá indeferir a petição inicial no caso, considerando que o autor não é obrigado a discriminar as obrigações contratuais que pretende controverter, tampouco indicar o valor incontroverso.
- c. o indeferimento da petição inicial depende de prévia citação do réu.
- d. caso o tribunal dê provimento ao recurso e reforme a sentença, o prazo para o réu contestar começa a contar da publicação do acórdão.
- e. interposta a apelação, o juiz poderá exercer juízo de retratação no prazo de 5 dias.

33. Conforme disposição expressa do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a. A desistência da ação pode ser apresentada em sede recursal.
- b. Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu.
- c. Oferecida a contestação, o autor poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.
- d. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito obsta a que a parte proponha de novo a ação.
- e. Se o autor der causa, por 2 (duas) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto.

34. No que se refere à competência e à sua modificação no processo civil, assinale a alternativa correta.

- a. As partes poderão eleger o foro, modificando a competência em razão do território, mesmo que a escolha não tenha pertinência com o domicílio ou residência de uma das partes ou com o local da obrigação.
- b. A competência determinada em razão da matéria, da pessoa e do valor da causa é inderrogável por convenção das partes.
- c. A competência territorial do juízo preventivo estender-se-á sobre a totalidade do imóvel se este se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária.

- d. Caso haja alegação de incompetência, o juiz decidirá imediatamente mesmo sem a manifestação da parte contrária.
- e. Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, inclusive nas ações de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho.

Direito Tributário

Renato Grilo

35. Um dos temas centrais envolvendo a obrigação e o crédito tributário é o da responsabilidade de sócios e administradores em relação à sua respectiva cobrança. As assertivas a seguir abordam o entendimento do STJ a respeito dessa relevante temática. Dentre elas, assinale a verdadeira.

- a. Se a empresa não informar o fechamento do seu domicílio fiscal, considera-se dissolução irregular absoluta, permitindo o redirecionamento das execuções fiscais aos sócios-gerentes por violação da lei.
- b. A inadimplência tributária da sociedade justifica responsabilizar subsidiariamente os sócios.
- c. A execução fiscal pode ser direcionada ao sócio que, mesmo tendo saído regularmente da empresa e não contribuído para sua dissolução irregular, exerceu poderes de administração durante os fatos geradores dos tributos cobrados.
- d. A execução fiscal só será redirecionada para os sócios que administravam a empresa no momento do fato gerador do tributo e durante a sua dissolução irregular.
- e. A execução fiscal pode ser redirecionada contra o sócio que administrava a empresa na data da dissolução irregular, mesmo que ele não estivesse no cargo quando ocorreu o fato gerador do tributo inadimplido.

36. Conforme o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa que indica a característica essencial do imposto como espécie tributária.

- a. Possui fato gerador desvinculado de qualquer atividade estatal específica.
- b. Incide sobre a utilização de serviços públicos, que são usufruídos pelo contribuinte.
- c. Depende de prévia afetação orçamentária.
- d. É vinculado ao exercício do poder de polícia.
- e. É destinado exclusivamente ao uso orçamentário em gastos públicos específicos.

37. Considere que um grande agropecuarista possua uma propriedade de caminhonetes (veículos automotores), uma grande lancha (embarcação) e alguns tratores (máquinas agrícolas efetivamente utilizadas em suas propriedades). Considerando a Emenda Constitucional n. 132/2023, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) está constitucionalmente autorizado a incidir sobre os seguintes bens listados:

- a. caminhonetes e lancha (embarcação).
- b. apenas as caminhonetes.
- c. todos os bens descritos.
- d. apenas a lancha (embarcação).
- e. caminhonetes e tratores.

38. Com a nova redação dada à Constituição Federal pela Reforma Tributária (Emenda Constitucional n. 132/2023), o art. 153, VIII, passou a prever um novo imposto, de competência da União (imposto seletivo). Com base no texto constitucional, é correto afirmar que o imposto seletivo:

- a. poderá incidir sobre as exportações.
- b. poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.
- c. fará parte da sua própria base de cálculo.
- d. poderá estar contido na base de cálculo do IBS e da CBS.
- e. terá as suas alíquotas fixadas em lei complementar.

39. Considerando as disposições constitucionais modificadas pela Emenda Constitucional n. 132/2023 (reforma tributária), aplicáveis ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), marque a alternativa correta,

- a. As regras e princípios de imunidade são aplicáveis somente aos impostos e, portanto, não se comunicam entre IBS e CBS.
- b. Os entes federativos submetem-se, no IBS, às alíquotas fixadas pela União, sendo vedado o estabelecimento de alíquota própria.
- c. Lei ordinária disciplinará o ressarcimento dos créditos de IBS pelos contribuintes.
- d. A CBS poderá ser cumulativa, enquanto o IBS será necessariamente não cumulativo.
- e. IBS e CBS observam as mesmas regras quanto aos seguintes aspectos: fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos.

40. Com base nos institutos de Direito Tributário, conforme regulado pela Constituição Federal e os entendimentos do STF, analise o seguinte caso:

Um líder religioso alugou o imóvel de propriedade da igreja para uma varejista instalar uma loja de departamento e, em seguida, alugou outro imóvel maior, de propriedade de empresa privada, para realizar as celebrações religiosas.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a. O investidor imobiliário, proprietário do imóvel alugado à igreja, seguirá pagando o IPTU sobre o bem, sem qualquer previsão de imunidade constitucional.
- b. O imóvel de propriedade da igreja, onde funcionará a loja de departamento (varejista), pagará o IPTU.
- c. Apenas a loja de departamento (varejista) pagará o IPTU.
- d. O IPTU incidirá normalmente em ambos os casos.
- e. O IPTU terá sua incidência bloqueada, em ambas as hipóteses, por imunidade constitucional.

41. Marque a alternativa que está em desconformidade com os entendimentos do Supremo Tribunal Federal em matéria tributária.

- a. Empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos essenciais, sem distribuir lucros ou prejudicar a concorrência, têm imunidade tributária conforme o artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, desde que não cobrem tarifas pelos serviços.
- b. Lei estadual que permite não inscrever dívidas de pequeno valor e não ajuizar tais débitos não se aplica aos municípios, não podendo ser usada para extinguir suas execuções fiscais, pois isso violaria sua competência tributária.
- c. O Município pode obter certidão positiva com efeito de negativa, mesmo que a Câmara Municipal tenha débitos com a Fazenda Nacional, devido ao princípio da intranscendência subjetiva das sanções financeiras.
- d. O Município, os Estados e o Distrito Federal são os titulares das receitas do imposto de renda retido na fonte sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a contratados para prestação de bens ou serviços, conforme os arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal.
- e. A inadimplência do usuário não afasta a incidência do ICMS sobre os serviços de telecomunicações.

42. Sobre os entendimentos firmados pelo STF em sede de repercussão geral, assinale a alternativa incorreta.

- a. A Constituição Federal de 1988 reserva iniciativa legislativa privativa para as leis sobre tributos, incluindo aquelas que concedem renúncia fiscal.
- b. A imunidade tributária do art. 150, VI, c, da CF/1988, aplica-se a bens imóveis ociosos de instituições educacionais e assistenciais sem fins lucrativos que cumpram os requisitos legais.
- c. Veículo adquirido por alienação fiduciária por pessoa jurídica de direito público não está sujeito a IPVA.
- d. A Infraero, empresa pública de serviços aeroportuários, tem direito à imunidade recíproca, conforme o art. 150, VI, a, da Constituição Federal.
- e. Sociedades de economia mista, cujas ações são negociadas em Bolsas de Valores e que visam remunerar os seus controladores ou acionistas, não estão imunes da tributação, conforme o art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

43. Considere que o Estado de São Paulo decidiu cobrar IPVA sobre bicicletas elétricas de alto valor (bicicletas com pequenos motores elétricos) e patinetes elétricos, por analogia. A decisão, baseada em um processo administrativo, mostrou que fiscalizar bicicletas e patinetes elétricos é similar a fiscalizar motos, e que o preço médio é superior ao destas. Com base nesta cobrança, é correto afirmar que essa medida é:

- a. legítima, pois a fiscalização é a mesma que a das motocicletas.
- b. ilegítima, pois seria necessário um decreto que estabelecesse tal cobrança.
- c. legítima, pois a analogia pode ser utilizada na falta de disposição expressa.
- d. ilegítima, pois o emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- e. ilegítima, por se tratar de aplicação da equidade e não da analogia (que é permitida).

44. Na ausência de disposição expressa para a aplicação da legislação tributária, a autoridade competente deverá seguir a seguinte ordem indicada no Código Tributário Nacional:

- a. analogia, equidade, princípios gerais de Direito Público e princípios gerais de Direito Tributário.
- b. princípios gerais de Direito Tributário, analogia, princípios gerais de Direito Público e equidade.
- c. analogia, princípios gerais de Direito Público, princípios gerais de Direito Tributário e equidade.
- d. equidade, analogia, princípios gerais de Direito Tributário e princípios gerais de Direito Público.
- e. analogia, princípios gerais de Direito Tributário, princípios gerais de Direito Público e equidade.

Direito Civil

Carlos Elias

45. De acordo com o Código Civil, os empreendimentos de economias solidárias:

- a. são pessoas jurídicas de direito privado.
- b. são pessoas jurídicas de direito público.
- c. necessariamente depende de autorização do Poder Público para que possam ser constituídas.
- d. o prazo para anular a sua constituição, por defeito no ato respectivo, é de 5 anos, contados da publicação da sua inscrição no registro.
- e. não se submetem a regras de associações, nem mesmo de forma subsidiária.

46. Acerca da prescrição, analise as assertivas abaixo.

I – São critérios que indicam a tendência de adoção excepcional do viés subjetivo da teoria da *actio nata*: a) a submissão da pretensão a prazo prescricional curto; b) a constatação, na hipótese concreta, de que o credor tinha ou deveria ter ciência do nascimento da pretensão, o que deve ser apurado a partir da boa-fé objetiva e de standards de atuação do homem médio; c) o fato de se estar diante de responsabilidade civil por ato ilícito absoluto; e d) a expressa previsão legal que impõe a aplicação do sistema subjetivo.

II – Pela vertente objetiva da teoria da *actio nata*, o termo inicial do prazo prescricional é o momento do surgimento da pretensão.

III – Ao sumular que o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral, o Superior Tribunal de Justiça rechaçou o viés subjetivo da teoria da *actio nata*, o que confirma que a sua aplicação é excepcional.

IV – As vertentes objetiva e subjetiva da teoria da *actio nata* são igualmente aplicadas pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso sob julgamento, sendo a regra a aplicação da vertente subjetiva e, excepcionalmente, a da vertente objetiva, em razão da necessidade de corrigir injustiças que podem decorrer da utilização da data do surgimento da pretensão como termo inicial para contagem do prazo prescricional para reparação de danos materiais e morais.

Estão corretos os itens:

- a. I e II, apenas.
- b. II e III, apenas.
- c. III e IV, apenas.
- d. I, II e IV.
- e. I, III e IV.

47. Sobre o direito real de uso, é correto afirmar que:

- a. o usuário não tem direito à percepção de frutos, nem mesmo os destinados às necessidades próprias.
- b. trata-se de modalidade de direito real sobre coisa própria.
- c. é um instituto destinado ao uso da coisa e à percepção de seus frutos na medida das necessidades do usuário e de sua família.
- d. não poderão ser aplicadas a esse instituto as disposições referentes ao direito real de usufruto.
- e. o usuário poderá alienar o seu direito real de uso.

48. Com base na responsabilidade civil, analise os itens que se seguem.

I – À luz do Código Civil, a regra no nosso ordenamento é a adoção da responsabilidade civil objetiva.

II – A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de considerar objetiva a responsabilidade das instituições bancárias por danos causados por terceiro que abrir conta corrente ou receber empréstimo mediante fraude, dado que tais práticas caracterizam-se como fortuito interno.

III – A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que é indevido o pensionamento no caso de morte de filho menor. No caso de morte de filho maior, desde que comprovada a dependência econômica dos pais, estes têm direito a pensão, que deve ser fixada em 1/3 do salário percebido pelo falecido filho até o ano em que ele completaria 65 anos de idade.

IV – Em conformidade com a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, o termo inicial da correção monetária incidente sobre a indenização por danos morais é a data do arbitramento, e os juros moratórios, em se tratando de responsabilidade extracontratual, incidem desde a data do evento danoso.

Estão corretos os itens:

- a. II e IV, apenas.
- b. I e II, apenas.

- c. III e IV, apenas.
- d. I, II e III.
- e. I, III e IV.

49. Assinale a alternativa incorreta.

- a. A ocupação indevida de bem público por pessoa de boa-fé autoriza a retenção ou a indenização por acessões e benfeitoria.
- b. Os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha não são oponíveis à União.
- c. É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido do registro.
- d. A falta de registro do compromisso de compra e venda não dispensa a prévia interpelação para constituir em mora o devedor.
- e. São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

50. No que tange aos contratos de mandato, é correto afirmar que:

- a. não se pode subestabelecer por instrumento particular um mandato que havia sido outorgado por instrumento público.
- b. é necessário que a aceitação do mandato se dê de forma expressa e escrita.
- c. o mandato em termos gerais confere ao mandatário poderes para alienar e hipotecar em nome do mandante.
- d. somente os absolutamente capazes são aptos a outorgar mandato.
- e. o mandatário que exceder os poderes do mandato, ou proceder contra eles, será considerado mero gestor de negócios, enquanto o mandante lhe não ratificar os atos.

51. Afonso, adolescente de 15 anos, sem que ninguém soubesse, pegou a chave do carro do seu pai e levou a sua namorada para dar um passeio. Enquanto conduzia o veículo, distraiu-se trocando a música no rádio. Justamente nesse momento passava um transeunte na pista, que foi atropelado por Afonso, causando-lhe graves lesões. Sobre os fatos descritos, é correto afirmar que:

- a. o prazo prescricional para a vítima pleitear indenização de Afonso é de 5 anos, contados da data do dano.

- b. os juros moratórios começarão a fluir a partir do evento danoso em questão.
- c. a responsabilidade civil dos pais de Afonso é subsidiária, devendo ocorrer apenas quando o menor não tiver condições de arcar com o dano.
- d. a responsabilização dos pais de Afonso depende da demonstração de que tiveram culpa no fato danoso.
- e. caso o fato seja tido como crime, a decisão do juízo cível ficará totalmente vinculada ao juízo criminal.

Direito Empresarial

Edilson Enedino

52. Após a decretação da falência, instala-se o juízo universal e indivisível falimentar, o que torna o órgão que decretou a falência o único competente para deliberar sobre o patrimônio do falido. O art. 82-A da Lei n. 11.101/2005 admite que a responsabilidade da falida alcance terceiros pessoas, desde que seja desconsiderada a personalidade jurídica dela. A respeito desse tema, é correto afirmar que o Superior Tribunal de Justiça tem entendido que:

- a. para ensejar a desconsideração da personalidade jurídica na falência não é necessário demonstrar quais medidas ou ingerências, em concreto, foram capazes de transferir recursos de uma empresa para a outra.
- b. o art. 82-A da Lei n. 11.101/2005 não confere ao Juízo Falimentar competência exclusiva para desconsiderar a personalidade jurídica.
- c. considerada a regra contida no art. 82-A da Lei n. 11.101/2005, o tipo de relação comercial ou societária travada entre empresas é suficiente para ensejar a desconsideração da personalidade jurídica na falência.
- d. para ensejar a desconsideração da personalidade jurídica na falência não é necessário demonstrar o abuso ou desvio da finalidade em detrimento da empresa prejudicada.
- e. considerada a regra contida no art. 82-A da Lei n. 11.101/2005, a existência de grupo econômico é suficiente para ensejar a desconsideração da personalidade jurídica na falência.

53. A Lei n. 14.112/2020, ao atualizar a Lei de Falências, criou os institutos da consolidação processual e da consolidação substancial. Ambos dizem respeito à participação coletiva de empresas no pedido de recuperação judicial. Sobre tais institutos, é correto afirmar que:

- a. o juiz deferirá a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de relação de controle ou de dependência entre as empresas do grupo.
- b. o juiz autorizará a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de existência de garantias cruzadas entre as empresas do grupo.
- c. é uma faculdade das empresas de um mesmo grupo econômico ajuizarem o pedido de recuperação judicial sob o modelo de consolidação processual ou de consolidação substancial.
- d. o juiz determinará a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de atuação conjunta no mercado entre os postulantes.
- e. a recuperação judicial sob o modelo de consolidação substancial depende do processamento sob a forma de consolidação processual. Já a consolidação processual independe da substancial.

54. A dissolução da sociedade empresária é um tema em constante evolução na legislação brasileira. Atualmente, o Código Civil trata de dois tipos de dissolução, a parcial, nominando-a como resolução da sociedade em relação a um de seus sócios, e a total, nominando-a simplesmente como dissolução. Na legislação processual, a dissolução tem sido tratada com alternância

entre as formas total e parcial. Considerando esse tratamento legislativo, o Superior Tribunal de Justiça tem adotado o seguinte entendimento:

- a. as disposições do CPC/2015 relativas à possibilidade de a sociedade formular pedido de indenização contra os sócios, em sede de contestação, disposições que tratam da dissolução parcial da sociedade, se mostram compatíveis à hipótese de dissolução total da empresa.
- b. as disposições do CPC/2015 aplicam-se tanto à dissolução total como à dissolução parcial da sociedade.
- c. considerando que, na resolução, a sociedade continuará com os sócios remanescentes, e, na dissolução total, a sociedade será extinta, não há compatibilidade entre as disposições da dissolução parcial com as da total.
- d. as disposições do CPC/2015 aplicam-se à dissolução total da sociedade, e quanto à dissolução parcial da sociedade, aplicam-se apenas subsidiariamente, por analogia, naquilo em for compatível.
- e. o CPC/2015 não regula a dissolução total da sociedade, mesmo que haja manifestação expressa e unânime pela concordância da dissolução.

55. As deliberações dos sócios nas sociedades de pessoas seguem, de regra, o critério da maioria absoluta, ou seja, vencedora será a deliberação aprovada por sócios que representem mais da metade do capital social. Há, contudo, situações em que a contagem do quórum de deliberação será diferente. Sobre critérios diferenciados, o Superior Tribunal de Justiça tem adotado o seguinte entendimento:

- a. havendo apenas dois sócios, ambos devem votar a aprovação ou rejeição das contas, mesmo que um deles seja o administrador da sociedade, pois essa matéria exige maioria simples para aprovação.
- b. o sócio que está na condição de mandatário não pode votar matéria que lhe diga respeito diretamente, de modo que sua cota do capital social não deve ser incluída para fins de quórum de deliberação que envolva a sua administração, inclusive quando em discussão a sua permanência ou não no cargo de administrador.
- c. somente por maioria absoluta poderá o sócio administrador ser destituído do seu cargo, de modo que, sendo ele o sócio majoritário, detentor de mais da metade do capital social, não poderá ser destituído pelos demais.

- d. na deliberação sobre aprovação das contas, caso o administrador detenha mais da metade do capital social e as aprove na reunião de sócios, terá suas contas aprovadas, mesmo que todos os demais sócios votem em sentido contrário, pois não alcançada a maioria simples.
- e. o sócio que está na condição de mandatário pode votar matéria que lhe diga respeito diretamente, quando a lei exigir maioria absoluta para aprovação do tema, de modo que sua cota do capital social deve ser incluída para fins de quórum de deliberação que envolva a sua administração, inclusive quando em discussão a sua permanência ou não no cargo de administrador.

56. Sobre a dissolução da sociedade, a legislação tem definido as datas e os prazos do evento que causa o fim do vínculo societário, bem como a data em que se deve apurar os haveres devidos aos sócios. A respeito de datas e prazos aplicáveis à dissolução, segundo a legislação e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- a. ante o dever de fiscalização dos sócios, mesmo em situações excepcionais, em que demonstrada a inviabilidade de conhecimento dos demais sócios acerca da gestão fraudulenta da sociedade pelo administrador, deve ser aplicada a regra do art. 189 do Código Civil, teoria da *actio nata* objetiva, que adota como marco inicial do prazo prescricional o da violação ao direito subjetivo pelo seu titular.
- b. considerando que o Código de Processo Civil, no art. 605, prevê as datas específicas em que se considera dissolvida parcialmente uma sociedade, deve-se aplicar o critério legal da *actio nata* em sua vertente objetiva, em qualquer hipótese.
- c. considerando que o Código de Processo Civil, no art. 605, não prevê as datas específicas em que se considera dissolvida parcialmente uma sociedade, deve-se aplicar o critério legal da *actio nata* em sua vertente subjetiva, em qualquer hipótese.
- d. a atual legislação societária define, para cada tipo de dissolução, qual a data deve ser considerada como aquela da violação do direito, de modo que o motivo da dissolução é que definirá se o critério de definição do nascedouro da pretensão seguirá a vertente objetiva ou subjetiva da *actio nata*.
- e. em situações excepcionais, em que demonstrada a inviabilidade de conhecimento dos demais sócios acerca da gestão fraudulenta da sociedade pelo administrador, deve-se adotar a aplicação da

teoria da *actio nata* em sua vertente subjetiva, que adota como marco inicial do prazo prescricional o conhecimento da violação ao direito subjetivo pelo seu titular.

Direito do Trabalho

Maria Rafaela

- 57.** Analisando a jurisprudência sumulada do TST sobre direito do trabalho, assinale a alternativa incorreta.
- A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.
 - O pagamento dos salários atrasados em audiência ilide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho.
 - Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
 - É devida a remuneração do repouso semanal e dos dias feriados ao empregado comissionista, ainda que praticista.
 - Presume-se o abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 (trinta) dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer.
- 58.** Com base na jurisprudência sumulada do TST sobre direito do trabalho, assinale a alternativa correta.
- Presume-se abusiva a transferência de que trata o § 1º do art. 469 da CLT, sem comprovação da necessidade do serviço.
 - A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, exclui o direito do empregado ao aviso prévio.
 - As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.
 - O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.
 - Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles não tem, por si, efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro.
- 59.** Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, não é vedado:
- publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, mesmo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir.
 - recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível;
 - considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional;
 - exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego;
 - impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez.
- 60.** Sobre a garantia provisória no emprego da mulher, conforme entendimento recente do STF e da CLT, é correto afirmar que:
- só há direito à estabilidade a empregada de contrato por prazo indeterminado
 - só há direito à estabilidade a empregada de contrato por prazo indeterminado e determinado.
 - só há direito à estabilidade a empregada de contrato temporário
 - a gestante contratada pela administração pública por prazo determinado ou em cargo em comissão tem direito à licença-maternidade e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
 - não há extensão de direito à adotante.
- 61.** Frida, Juliana, Richard, Fábio e Jailson são sócios da empresa Vale Tudo no Brasil Ltda. Jailson é sócio majoritário com 50% das ações. Frida e Juliana, após desentendimentos societários, resolveram sair da sociedade, sendo que somente a sócia Juliana fez a averbação da sua saída da empresa. Rafaela é empregada da empresa e acionou judicialmente diante de constantes atrasos no FGTS e nos recolhimentos

previdenciários. Nesse caso, em relação à responsabilidade trabalhista da empresa Vale Tudo no Brasil Ltda. e dos sócios, é correto afirmar que:

- a. Juliana e Frida responderão solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.
- b. Juliana responderá subsidiariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato, porém, Frida responderá de forma solidária.
- c. Frida responderá subsidiariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato, porém, Juliana responderá de forma solidária.
- d. Juliana responderá subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até um ano depois de averbada a modificação do contrato.
- e. os bens de Jailson terão preferência sobre os bens da sociedade Vale Tudo no Brasil Ltda., por ele ser sócio majoritário.

Direito Processual do Trabalho

Maria Rafaela

62. Analisando a jurisprudência sumulada do TST sobre direito do trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a. Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial será contado da segunda-feira imediata, inclusive, salvo se não houver expediente, caso em que fluirá no dia útil que se seguir.
- b. A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença.
- c. A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, importa arquivamento do processo.
- d. A compensação, na Justiça do Trabalho, está restrita a dívidas de natureza trabalhista.
- e. Não se conhece de recurso de revista ou de embargos, se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.

63. Tratando-se da temática da ação rescisória no processo do trabalho, assinale a alternativa que não corresponde ao entendimento do TST.

- a. O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.
- b. Havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado da última decisão.
- c. O juízo rescindente não está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória, podendo formar sua convicção através de outros elementos dos autos quanto à antecipação ou postergação do dies a quo do prazo decadencial.
- d. Na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude.
- e. Conta-se o prazo decadencial da ação rescisória, após o decurso do prazo legal previsto para a interposição do recurso extraordinário, apenas quando esgotadas todas as vias recursais ordinárias.

64. Em relação ao rito sumário no âmbito do processo trabalhista, previsto na Lei n. 5.584/1970, é incorreto aduzir que:

- a. quando o valor fixado para a causa não exceder de 2 (duas) vezes o salário-mínimo vigente na sede do Juízo, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato e é o caso de rito sumário.
- b. não é possível a realização de prova pericial nesse tipo de rito.
- c. salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso caberá das sentenças proferidas nos dissídios da alçada, considerado, para esse fim, o valor do salário-mínimo à data do ajuizamento da ação.
- d. será de 8 (oito) dias o prazo para interpor e contrarrazoar qualquer recurso.
- e. não há número previsto máximo de testemunhas expressamente na referida lei.

65. Quanto ao recurso de revista em rito ordinário, conforme expresso na CLT, considera-se correto afirmar que:

- a. cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- b. o recurso de revista possui efeito suspensivo.
- c. das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da CF/1988 e de súmulas vinculantes do STF.
- d. a divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, mesmo que ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
- e. não existe previsão de recurso de revista por violação a lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa à CF/88 nas execuções fiscais e nas controvérsias da fase de execução que envolvam a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

66. Analisando a jurisprudência sumulada do TST (súmulas e Orientações jurisprudenciais) sobre direito do trabalho, assinale a alternativa correta.

- a. A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, após a devida intimação e garantido o contraditório, a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficara isenta a parte então vencida.
- b. Caracteriza-se a deserção a hipótese em que, acrescido o valor da condenação, não houve fixação ou cálculo do valor devido a título de custas e tampouco intimação da parte para o preparo do recurso, devendo ser as custas pagas ao final.
- c. Não cabe mandado de segurança de decisão judicial transitada em julgado.

- d. O prazo de prescrição do direito do empregador de ajuizar inquérito em face do empregado que incorre em abandono de emprego é contado a partir do momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço.
- e. A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data de seu ajuizamento, mesmo que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo.

Direito Ambiental

Renato Pulz

67. Considerando as noções introdutórias ao Direito Ambiental, é correto afirmar que:

- a. o ordenamento jurídico nacional adota um antropocentrismo mitigado ou alargado.
- b. para o STF, a rinha de galos e a farra do boi são atividades culturais, por isso não configuram maus-tratos aos animais.
- c. o direito ambiental é um direito codificado.
- d. as normas administrativas e a jurisprudência não são fonte do direito ambiental.
- e. o conceito jurídico de meio ambiente adotado pelo nosso ordenamento é o restrito.

68. Sobre o conceito de meio ambiente, marque a alternativa correta.

- a. A CF/1988 define meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permitem, abrigam e regem a vida em todas as suas formas.
- b. A Carta Magna impõe ao Poder Público, exclusivamente, o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- c. O meio ambiente constitui interesse difuso, transindividual, direito de 3ª dimensão.
- d. Bem ambiental constitui um bem patrimonial público de uso especial.
- e. O direito ao meio ambiente sadio e equilibrado não é um direito fundamental, pois não está previsto no rol do art. 5º da CF/1988.

69. Uma “substância” foi desenvolvida prometendo revolucionar o mundo da estética e da saúde, mas, no seu processo de fabricação, são produzidos resíduos químicos dos quais se desconhece os efeitos no meio ambiente. Ainda não há certeza científica sobre os reais impactos nas várias formas de vida e suas consequências. Analisando as alternativas abaixo, as-

sinale aquela que indica o Princípio que deve ser aplicado ao se avaliar a permissão ou não da fabricação e comercialização dessa “substância”.

- a. Princípio da prevenção.
- b. Princípio da participação.
- c. Princípio da precaução.
- d. Princípio do desenvolvimento sustentável.
- e. Princípio da eficiência.

Direito Previdenciário

Fernando Maciel

70. Sobre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), é correto afirmar que:

- a. é um regime de filiação facultativa, sendo vedada a inscrição automática de trabalhadores empregados.
- b. é um regime contributivo e de filiação obrigatória, abrangendo trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos estatutários.
- c. adota o regime de capitalização para o financiamento dos benefícios previdenciários, garantindo individualmente a cada segurado a devolução das contribuições vertidas.
- d. tem como princípios norteadores a universalidade da cobertura e do atendimento, a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios, e o equilíbrio financeiro e atuarial.
- e. não admite a inclusão de segurados facultativos, limitando sua abrangência apenas aos segurados obrigatórios.

71. De acordo com a legislação previdenciária, sobre o benefício de aposentadoria por incapacidade permanente no RGPS, antiga aposentadoria por invalidez, é correto afirmar que:

- a. a concessão da aposentadoria por incapacidade permanente independe de carência, sendo exigida apenas a comprovação da incapacidade permanente para o trabalho.
- b. o benefício pode ser cessado caso o segurado recupere a capacidade para o trabalho, conforme avaliação da perícia médica federal.
- c. o valor da aposentadoria por incapacidade permanente corresponderá, sempre, a 100% do salário de benefício, sem incidência de redutores ou fatores previdenciários.

- d. o segurado que recebe aposentadoria por incapacidade permanente poderá continuar exercendo atividade remunerada, desde que comprove capacidade para atividades diversas daquelas anteriormente desempenhadas.
- e. a aposentadoria por incapacidade permanente pode ser convertida automaticamente em aposentadoria por idade quando o segurado atingir 65 anos, sem necessidade de nova avaliação médica.

72. Sobre a pensão por morte no âmbito do RGPS, assinale a alternativa correta.

- a. O valor da pensão por morte corresponde a 100% do salário de benefício do segurado falecido, independentemente do número de dependentes.
- b. A pensão por morte pode ser concedida a qualquer pessoa que comprove dependência econômica do segurado, ainda que não esteja prevista no rol de dependentes da legislação previdenciária.
- c. A duração do benefício pode variar conforme a idade do dependente no momento do óbito do segurado e o tempo de contribuição do falecido.
- d. A dependência econômica dos filhos maiores de idade é presumida, garantindo-lhes o direito à pensão por morte independentemente de incapacidade.
- e. O cônjuge ou companheiro(a) perde automaticamente o direito à pensão por morte caso contraia novo matrimônio ou estabeleça união estável.

Direito Financeiro

Anderson Ferreira

73. Das alternativas abaixo, assinale a única que não representa um mecanismo de ajuste fiscal que pode ser usado pelos entes subnacionais quando as despesas correntes superarem 95% das receitas correntes.

- a. Vedação de ampliação de benefício de natureza tributária.
- b. Vedação de criação de despesa obrigatória.
- c. Vedação à alteração de estrutura da carreira sem aumento de despesa.
- d. Vedação de reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação oficial.
- e. Vedação de criação de cargo ou emprego que implique aumento de despesa.

74. Com base nas normas constitucionais do processo orçamentário e na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a. Os instrumentos de planejamento e orçamento previstos na Constituição são mandatórios para a União, sendo facultativa para os entes subnacionais, em decorrência de sua autonomia.
- b. Define-se “orçamento secreto” como o favorecimento, pelo Poder Executivo, dos integrantes de sua base parlamentar mediante a liberação de emendas orçamentárias em troca de apoio legislativo no parlamento, por meio de emendas de relator e pela ocultação dos parlamentares beneficiados.
- c. O montante relativo à execução da programação financeira oriunda das emendas individuais integrará a receita corrente líquida do ente federativo beneficiário.
- d. A única modalidade para a alocação de emendas parlamentares do orçamento geral da União para os entes subnacionais é a transferência com finalidade definida.
- e. Na apresentação de emendas parlamentares, o único requisito aplicável é a declaração de compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.

75. De acordo com o definido na Lei n. 4.320 de 1964, assinale a alternativa em que são enumerados, na ordem, os estágios de execução da receita pública.

- a. Lançamento, arrecadação e recolhimento.
- b. Liquidação, recolhimento e lançamento.
- c. Lançamento, liquidação e arrecadação.
- d. Empenho, liquidação e pagamento.
- e. Arrecadação, lançamento e recolhimento.

76. A Lei n. 4.320/1964, recepcionada pela atual Constituição como lei complementar, define as normas gerais de direito financeiro para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

De acordo com a citada Lei, classificam-se como subvenções sociais as dotações destinadas:

- a. ao planejamento e a execução de obras, bem como a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- b. a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- c. à manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- d. a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.
- e. a despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços.

77. Sobre a dívida pública, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, assinale a alternativa correta.

- a. A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária somente poderá ser realizada a partir do vigésimo dia do início do exercício.
- b. Mesmo após a vigência da LRF, o Banco Central do Brasil poderá emitir títulos da dívida pública.
- c. É permitido, em regra, a aquisição de títulos da dívida pública federal da carteira do Banco Central do Brasil pelo Tesouro Nacional.
- d. O Ministério da Fazenda divulgará, quadrimestralmente, a relação de entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária.
- e. A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para o pagamento a posteriori de bens e serviços é prática vedada e equipara-se a operações de crédito.

Direito Urbanístico

Renato Pulz

78. A CF/1988 dedicou um capítulo para tratar da política urbana, pois a ocupação desordenada das cidades está relacionada a uma série de consequências sociais, ambientais, sanitárias, entre outras. Sobre as disposições constitucionais sobre o tema, marque a alternativa correta.

- a. A política de desenvolvimento urbano será executada pelo Poder Público estadual, conforme diretrizes gerais fixadas em lei.
- b. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- c. A propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências de decreto municipal editado pelo prefeito.
- d. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com precatórios.
- e. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

79. Considerando as disposições do Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), marque a alternativa incorreta.

- a. O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU é um dos institutos tributários e financeiros, que são instrumentos da política urbana.
- b. Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem

oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

- c. A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser reconhecida ao mesmo possuidor mais de uma vez.
- d. O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.
- e. Se o Poder Público municipal necessitar de áreas para criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes terá preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

80. Sobre as disposições da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n. 6.766/1979), assinale a alternativa correta.

- a. Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- b. Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- c. Não será admitido o parcelamento do solo em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, mesmo após serem saneados, pelo risco residual.
- d. É crime dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes do ato administrativo de licença.
- e. Excepcionalmente, por motivos devidamente justificados, é permitido vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado.

GABARITO									
1.	d	17.	b	33.	b	49.	a	65.	a
2.	d	18.	b	34.	c	50.	e	66.	c
3.	d	19.	d	35.	e	51.	b	67.	a
4.	a	20.	b	36.	a	52.	b	68.	C
5.	e	21.	c	37.	a	53.	e	69.	c
6.	e	22.	e	38.	b	54.	a	70.	d
7.	e	23.	c	39.	e	55.	b	71.	b
8.	a	24.	b	40.	e	56.	e	72.	c
9.	e	25.	b	41.	a	57.	b	73.	c
10.	b	26.	a	42.	a	58.	a	74.	b
11.	e	27.	b	43.	d	59.	a	75.	a
12.	c	28.	b	44.	e	60.	d	76.	d
13.	b	29.	a	45.	a	61.	a	77.	e
14.	e	30.	b	46.	a	62.	c	78.	b
15.	a	31.	c	47.	c	63.	b	79.	c
16.	b	32.	e	48.	a	64.	b	80.	d

MAIS DE **35 MIL CURSOS** ONLINE PARA VOCÊ!

Estude quando quiser,
para o cargo que quiser,
na hora que quiser.

Seus estudos do seu jeito.

ASSINATURA ILIMITADA X



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



**Quero ser assinante
ilimitado agora**

1º Simulado por Carreira – Procuradorias – Procurador (Pré-edital)

Direito Constitucional Ricardo Blanco

1. A Constituição Federal assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, e também é:

- assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e vedada nas entidades militares de internação coletiva.
- livre a manifestação do pensamento, ainda que sob o anonimato.
- assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, prejudicada a indenização por dano material.
- assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, condicionada a licença prévia.

Letra d.

Assunto abordado: Direitos individuais.

a. Errada. Nos termos do art. 5º, VII, da CF/1988:

Art. 5º, VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas **entidades civis e militares** de internação coletiva; (Grifos nossos.)

b. Errada. Nos termos do art. 5º, IV, da CF/1988:

Art. 5º, IV – é livre a manifestação do pensamento, **sendo vedado** o anonimato; (Grifos nossos.)

c. Errada. Nos termos do art. 5º, V, da CF/1988:

Art. 5º, V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, **além da** indenização por **dano material, moral ou à imagem**; (Grifos nossos.)

d. Certa. Nos termos do art. 5º, XIV, da CF/1988:

Art. 5º, XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

e. Errada. Nos termos do art. 5º, IX, da CF/1988:

Art. 5º, IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, **independentemente de censura ou licença**; (Grifos nossos.)

2. A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e em tempo de guerra, podendo qualquer pessoa nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião já convocada, sendo apenas exigida prévia autorização da autoridade competente.
- A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- A lei não poderá, em qualquer situação, restringir a publicidade dos atos processuais.

Letra d.

Assunto abordado: Direitos individuais.

a. Errada. Nos termos do art. 5º, XV, da CF/1988:

Art. 5º, XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, **nos termos da lei**, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens; (Grifos nossos.)

b. Errada. Nos termos do art. 5º, XVI, da CF/1988:

Art. 5º, XVI – todos podem reunir-se pacificamente, **sem armas**, em locais abertos ao público, **independentemente de autorização**, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente; (Grifos nossos.)

c. Errada. Nos termos do art. 5º, XVIII, da CF/1988:

Art. 5º, XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas **independentem** de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; (Grifos nossos.)

d. Certa. Nos termos do art. 5º, XXI, da CF/1988:

Art. 5º, XXI – as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

e. Errada. Nos termos do art. 5º, LX, da CF/1988:

Art. 5º, LX – a lei só **poderá restringir** a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem; (Grifos nossos.)

3. Assinale a alternativa correta a respeito das ações constitucionais.

- a. São gratuitas as ações de *habeas corpus* e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- b. No ajuizamento do *habeas data*, salvo comprovada má-fé, o autor ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- c. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político ou associação, desde que legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano.
- d. É cabível o mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- e. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Letra d.

Assunto abordado: Remédios constitucionais.

a. Errada. Nos termos do art. 5º, LXXVII, da CF/1988:

Art. 5º, LXXVII – são gratuitas as ações de ***habeas corpus* e *habeas data***, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania. (Grifos nossos.)

b. Errada. Nos termos do art. 5º, LXXIII, da CF/1988:

Art. 5º, LXXIII – **qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular** que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, **ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência**; (Grifos nossos.)

c. Errada. Nos termos do art. 5º, LXX, da CF/1988:

Art. 5º, LXX – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a. **partido político com representação no Congresso Nacional**;
- b. **organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída** e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados; (Grifos nossos.)

d. Certa. Nos termos do art. 5º, LXIX, da CF/1988:

Art. 5º, LXIX – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por ***habeas corpus* ou *habeas data***, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público; (Grifos nossos.)

e. Errada. Nos termos do art. 5º, LXXIII, da CF/1988:

Art. 5º, LXXIII – **qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular** que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência; (Grifos nossos.)

4. Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta a respeito do mandado de segurança.

- a. A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.
- b. O trânsito em julgado não obsta a impetração do mandado de segurança contra decisão judicial.
- c. É competente, originariamente, o Superior Tribunal de Justiça, para mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas da União.
- d. A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- e. O Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de órgão colegiado presidido por Ministro de Estado.

Letra a.

Assunto abordado: Remédios constitucionais.

a. Certa. Nos termos da Súmula 429 do STF:

Súmula 429. A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.

b. Errada. Nos termos Súmula 429 do STF:

Súmula 268. **Não cabe mandado de segurança** contra decisão judicial com trânsito em julgado. (Grifos nossos.)

c. Errada. Nos termos do art. 102, I, d, da CF/1988:

Art. 102. **Compete ao Supremo Tribunal Federal**, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – **processar e julgar, originariamente:**

d. o *habeas corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do **Tribunal de Contas da União**, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal; (Grifos nossos.)

d. Errada. Nos termos da Súmula 629 do STF:

Súmula 629. A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados **independe** da autorização destes. (Grifos nossos.)

e. Errada. Nos termos da seguinte ementa:

EMENTA AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO IMPUGNADO EMANADO DE ÓRGÃO COLEGIADO PRESIDIDO POR MINISTRO DE ESTADO. HIPÓTESE QUE NÃO SE AMOLDA AO PREVISTO NO ART. 105, I, “B”, DA MAGNA CARTA. 1. **Não compete ao Superior Tribunal de Justiça** processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de órgão colegiado presidido por Ministro de Estado. Hipótese que não se amolda ao previsto no art. 105, I, “b”, da Constituição da República. Precedentes: RMS 24281 AgR, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 23.10.2009; RMS 25954 AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 09.02.2007; RMS 25479, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ de 25.11.2005; RMS 24552, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 22.10.2004. 2. Agravo interno conhecido e não provido, com aplicação, no caso de votação unânime, da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, calculada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa (RMS 26096 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 30/11/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-265 DIVULG 10-12-2018 PUBLIC 11-12-2018) (Grifos nossos.)

5. Assinale a opção incorreta em relação ao entendimento do STF.

- a. O STF admite a legitimidade do parlamentar – e somente do parlamentar – para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo.
- b. A recepção de lei ordinária como lei complementar pela Constituição posterior a ela só ocorre com relação aos seus dispositivos em vigor quando da promulgação desta, não havendo que se preten-

der a ocorrência de efeito repristinatório, porque o nosso sistema jurídico, salvo disposição em contrário, não admite a repristinação.

- c. A Constituição de 1988 não fixou um intervalo temporal mínimo entre os dois turnos de votação para fins de aprovação de emendas à Constituição (art. 60, § 2º, CF/1988), de sorte que inexistente parâmetro objetivo que oriente o exame judicial do grau de solidez da vontade política de reformar a Lei Maior. A interferência judicial no âmago do processo político, verdadeiro *locus* da atuação típica dos agentes do Poder Legislativo, tem de gozar de lastro forte e categórico no que prevê o texto da Constituição.
- d. O STF já assentou o entendimento de que é admissível a ação direta de inconstitucionalidade de emenda constitucional, quando se alega, na inicial, que esta contraria princípios imutáveis ou as chamadas cláusulas pétreas da Constituição originária (art. 60, § 4º, da CF/1988).

- e. A “forma federativa de Governo” – elevado a princípio intangível por todas as Constituições da República – é conceituada a partir de um modelo ideal e apriorístico de Federação, como o adotou, erigiu em limite material imposto às futuras emendas à Constituição; de resto as limitações materiais ao poder constituinte de reforma, que o art. 60, § 4º, da Lei Fundamental enumera, não significam a intangibilidade literal da respectiva disciplina na Constituição originária, mas apenas a proteção do núcleo essencial dos princípios e institutos cuja preservação nelas se protege.

Letra e.

Assunto abordado: Poder Judiciário.

- a. Certa. Nos termos da seguinte jurisprudência:

O STF admite a legitimidade do parlamentar – e somente do parlamentar – para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com dispo

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!